

## Afinal, o comportamento do Cruesp não te preocupa?

1. “Fórum pede ao Cruesp que marque primeira rodada de negociações na semana de 19/4”

2. “Assembleia aprova Pauta Unificada de data-base”

3. “Data-base: diálogo é imprescindível”

4. “Aguardamos negociação!”

Essas foram as manchetes de capa dos quatro números do Informativo Adusp deste ano, referentes à construção da data-base de 2010. Elas refletem o encaminhamento que o Fórum das Seis havia estabelecido em janeiro. Em seguida apresentamos breves explicações da motivação de cada uma delas:

1. A semana de 19 a 23/4 foi escolhida porque dados econômicos relevantes para a negociação salarial já estariam disponíveis. No dia 12/2 o Fórum encaminhou ofício ao então presidente do Cruesp, reitor João Grandino Rodas, solicitando que a primeira reunião fosse marcada nessa semana.

2. Rodada de assembleias das entidades representativas de docentes e funcionários técnico-administrativos das três universidades estaduais e do Centro Paula Souza, bem como dos estudantes da Unicamp e da USP, fo-

ram realizadas ao longo do mês de março com a finalidade de elaborar a Pauta Unificada de reivindicação dos três setores.

3. O Fórum reiterou diversas vezes ao Cruesp a necessidade do estabelecimento do diálogo entre as partes, ainda no mês de abril, para permitir que o reajuste de data-base negociado já fosse incorporado nos holerites do mês de maio. No dia 10/3 novo ofício reafirmando a solicitação acima foi encaminhado ao novo presidente do Cruesp, reitor Fernando Ferreira Costa, da Unicamp.

4. Por ocasião da entrega da Pauta ao Cruesp, no dia 30/3, o Fórum foi informado de que os reitores teriam a intenção de iniciar o processo de negociação só no início de maio! Desde então, as entidades passaram a aguardar o estabelecimento da data da primeira reunião de negociação, ainda mantendo a expectativa de que fosse num dos dias da semana de 19 a 23/4.

### Repúdio

Já comentamos em edições anteriores do *Informativo Adusp* a complexidade da presente campanha salarial face, principalmente, as ini-

ciativas do reitor da USP e do Cruesp. O primeiro estendeu de modo unilateral aos docentes o auxílio-alimentação, argumentando tratamento isonômico com os funcionários, e o segundo concedeu um reajuste salarial de 6% aos docentes, denominado “reestruturação de carreira”, quebrando o tratamento isonômico dos salários entre docentes e funcionários. Conhecemos a extrema indignação com que essas medidas foram recebidas pelos funcionários da USP, Unesp e da Unicamp.

Cabe destacar que no dia 30/3 a Adusp teve um encontro com o reitor Rodas, quando entregou cópia da pauta de reivindicações e enfatizou a importância de que a negociação ocorresse nesta semana e a necessidade do diálogo com as entidades, tanto do reitor da USP quanto do Cruesp.

Pois bem, no mais recente ofício do Cruesp, datado de 12/4, portanto, exatamente dois meses depois do primeiro ofício e pouco mais de um mês após o segundo ofício acima mencionados, lemos o seguinte: “Em reunião do Cruesp no início de março ficou acordado que as negociações relativas à pau-

ta unificada do Fórum das Seis seguirão o cronograma observado na última década, ou seja, terão início no mês de maio. (...) Há o compromisso do Cruesp em divulgar o cronograma das reuniões conjuntas até o final de abril” (!!!).

É preciso notar que nos ofícios de 12/2 e 10/3, argumentamos que não queríamos a repetição do ocorrido em 2009 — quando, embora a pauta tivesse sido entregue no dia 16/4, a primeira reunião aconteceu apenas em 18/5. Foi para evitar esse péssimo cenário de negociação da data-base do ano passado que estabelecemos o processo acima exposto. O reitor Rodas, que tanto fala da necessidade do diálogo entre as partes, como presidente do Cruesp até 1/3, quando os reitores se reuniram para deliberar os 6% de reajuste aos docentes, deveria ter pautado a resposta deles à nossa legítima solicitação. Com base no trecho acima reproduzido do ofício do Cruesp isso foi pautado mas silenciado até 12/4. Só podemos repudiar essa atitude do Cruesp!

Mesmo com o reajuste de 6% nossos salários continuam muito baixos pois,

para atingirmos o valor do salário médio de 1989, ainda seria necessário um reajuste superior a 30%! É por isso que, para reduzirmos essa diferença, estamos pleiteando reajustes iguais para docentes e funcionários, tendo como horizonte os 16% de reposição salarial para todos, além de uma parcela fixa, que objetiva diminuir a relação entre os menores e maiores salários.

Os prêmios que os docentes da USP receberam em 2008 e 2009 junto com o auxílio alimentação, que provocaram uma ruptura da isonomia salarial com nossos colegas da Unesp e da Unicamp, representam apenas parte da sobra de caixa da USP que não conquistamos nas datas bases mais recentes. Os reajustes salariais dos últimos quatro anos ficaram muito abaixo do crescimento nominal do ICMS. E agora, o reajuste de 6% aos docentes das três universidades exemplifica o que temos repetido nesses anos: há dinheiro em caixa!

Colega, repetimos aqui a pergunta da manchete: afinal, o comportamento do Cruesp não te preocupa?

## Assembleia Geral da Adusp

**29/4, 5ª feira, 17h, no Auditório Adma Jafet (IF)**

Relatórios da diretoria; Campanha Salarial

# Conferência da Educação reuniu 2.500 delegados

**R**ealizou-se em Brasília, entre 28/3 e 1/4, a etapa final da Conferência Nacional da Educação (Conae), cujo encerramento contou com a presença do presidente Lula, do ministro da Educação, Fernando Haddad, e de cerca de 2,5 mil delegados eleitos em todos os Estados.

Entre as medidas aprovadas, que poderão constar de um projeto de lei do Plano Nacional de Educação — a ser enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional — encontram-se a criação do Sistema Nacional da Educação, que articularia as ações educacionais em todos os níveis e todas as áreas; a criação do Fórum Nacional da Educação, que teria poderes mais amplos do que os do atual Conselho Nacional da Educação; mudanças dos conselhos Nacional, estaduais e municipais, cujos membros passariam a ser eleitos de

forma democrática e a representar diferentes segmentos da área da educação; a gestão democrática da educação deve ser estendida também ao setor privado; eleição de diretores de escola com participação da comunidade.

As maiores divergências ocorreram na questão do ensino à distância (EaD) e do ProUni, ambos programas defendidos pela União Nacional dos Estudantes (UNE), mas repelidos por sindicatos e entidades de educadores. “O que caracterizou a Conae foi a busca de convergências. O clima geral foi de entendimento e busca de consensos”, destacou o professor José Marcelino (FFCL-RP), que participou da etapa final como delegado do Centro de Estudos Educação & Sociedade (Cedes). “O grande problema é que ela deveria ter ocorrido no primeiro ano do primeiro mandato de Lula. Acontecendo no último ano

do segundo mandato, não haverá compromisso dos novos governos em seguir suas decisões”. Assim, paradoxalmente, “este fato facilitou os entendimentos, pois o MEC não interferiu muito”.

Mesmo assim, ainda há chance de as decisões serem modificadas por órgãos técnicos do MEC e pelo Congresso Nacional. “Portanto, toda a mobilização que fizemos para a realização da Conae com a participação de mais de 100 mil pessoas no Estado de São Paulo deve permanecer para que possamos garantir nossas conquistas”, afirma José Adinam, coordenador da Conae-SP, em relatório de sua autoria.

## Outras decisões

A Conae aprovou o fortalecimento do ensino público e gratuito, com a ampliação gradativa dos recursos da educação pública, atingindo 7% do PIB em 2011 e 10% do PIB

em 2014; ampliação dos recursos vinculados de 18% para 25% dos recursos da União e de 25% para 30% dos recursos dos Estados e Municípios; ampliar imediatamente a contribuição da União para o Fundeb de forma atingir 1% do PIB (hoje é de 0,2%).

Também aprovou a melhoria dos programas de assistência estudantil e a reserva de vagas nas universidades públicas para um mínimo de 50% de alunos egressos do ensino médio público, respeitada a proporcionalidade de negros(as) e indígenas de cada ente federado a que pertence a instituição.

Outras medidas: ampliação do atendimento de creches, ensino fundamental em período integral e ensino médio profissionalizante; ampliação da Educação de Jovens e Adultos e de programas de combate ao analfabetismo; financiamento das matrículas públicas

através do Custo Aluno/Qualidade (CAQ); ampliação da gratuidade dos cursos do sistema “S”.

Quanto aos docentes, deliberou-se construir um Referencial Nacional para a Formação de Professores; formas de melhoria salarial dos profissionais da educação com piso salarial de R\$ 1.800 para 30 horas; sistema de dedicação exclusiva do professor num único cargo, sendo que, até 2015, 1/3 da carga horária será destinada a horas-atividade; licença automática e remunerada para cursar mestrado e doutorado; formação inicial do professor de forma presencial e EaD só de forma excepcional e rigidamente regulamentado; diretrizes de carreira sem o sistema de premiação/punição.

Tão logo a Comissão de Sistematização divulgue o documento final, ele será disponibilizado pelo endereço eletrônico [www.mec.gov.br/conae](http://www.mec.gov.br/conae).

## Apeoesp tem reunião com secretário após suspensão da greve

**O**s professores da rede estadual de ensino, reunidos em assembleia no vão livre do Masp em 8/4, decidiram pela suspensão da greve que completava então 30 dias. Em 13/4 foi realizada uma primeira reunião de negociação com o secretário da Educação, Paulo Renato, na qual a diretoria da Apeoesp reafirmou a pauta de reivindicações da categoria, reforçando a necessidade de reajuste salarial imediato. Também foi discutida a questão do desconto dos dias parados.

Segundo a presidente da Apeoesp, Maria Izabel Azevedo Noronha, o secretário voltou a afirmar, quanto ao re-

ajuste salarial, que a reivindicação está fora de sua competência, pois o aumento precisaria ser discutido no âmbito do funcionalismo público como um todo. “Já estamos nos articulando com outros setores do funcionalismo e vamos enviar ofícios à Casa Civil e ao Governo do Estado, não vamos deixar a peteca cair”, declarou Izabel ao *Informativo Adusp*.

A Apeoesp reivindicou o não desconto dos dias parados e a retirada das faltas dos prontuários. O secretário defendeu o desconto em uma só vez e o pagamento da reposição de aulas na medida em que elas ocorrerem. A diretoria do

sindicato propôs então que o desconto seja parcelado, como forma de diminuir seu impacto, e que o calendário de reposições se estenda até o fim do ano.

“Face às medidas autoritárias do governo e os 30 dias de greve sem perspectiva de negociação, avaliamos que era melhor voltar, mas vamos manter a luta. Cumprimos o papel de desmascarar a situação da educação no Estado de São Paulo, expusemos o perfil autoritário desse governo e o professor sai da greve de cabeça erguida, pode sair com zero [de reajuste salarial], mas saiu para a rua e não baixou a cabeça”, avalia a professora.

## Coseas comenta intoxicação no Clube do Professor

A Divisão de Alimentação da Coordenadoria de Assistência Social (Coseas), em resposta ao pedido da Adusp de que fosse investigado um episódio de intoxicação alimentar ocorrido após o baile de 4/12/09, que afetou dezenas de docentes, informa que um relatório sobre o episódio foi encaminhado à Supervisão de Vigilância em Saúde (Suvis) do Butantã, órgão da Prefeitura, em dezembro de 2009.

## Orientações

Segundo o documento da Coseas, em 16/3, “por ocasião de visita de profissionais desta Divisão de Alimentação”, “a nutricionista responsável técnica e a diretora da Divisão de Alimentação”, Maria

Aparecida de Oliveira, “forneceram todo tipo de informação requerida pelas autoridades”. Ainda de acordo com a Coseas, “todas as orientações do Suvis foram devidamente acolhidas por esta Divisão”.

## Tudo explicado

Referindo-se ao parecer enviado pela Adusp em 4/2, assinado pelo professor Flávio Finardi (FCF), a Coseas afirma que “a contribuição técnica dos professores da USP da área de alimentos será sempre bem recebida pelos profissionais desta Divisão de Alimentação”.

Ah bom! Fica, portanto, tudo esclarecido após essa rigorosa investigação.

# Coordenadora da Coseas cai, mas ocupação continua

O professor Waldyr Jorge, da Odontologia, foi nomeado titular da Coordenadoria de Assistência Social (Coseas) no dia 9/4. Ele substituiu a professora Rosa Maria Godoy, que esteve à frente do órgão por mais de 11 anos. A troca ocorre em meio à ocupação da Divisão de Promoção Social da Coseas por moradores do Crusp, que acontece desde 18/3.

Apesar do afastamento de Rosa, uma das reivindicações do movimento, os estu-

dantes continuam ocupando o prédio no bloco G do conjunto residencial, uma vez que não foram procurados para negociar os demais pontos de pauta. Entre estes, estão mais vagas de moradia estudantil, o fim da vigilância e das expulsões arbitrárias de moradores do Crusp e a autonomia dos estudantes sobre os espaços cruspianos e sobre os processos seletivos para programas de permanência.

Na avaliação dos ocupantes da Coseas, a mudança

de coordenador é insuficiente para responder às demandas do movimento. "A queda da Rosa foi uma consequência direta das denúncias que temos feito, a universidade está assumindo que há problemas. Mas isso não resolve completamente, para além da mudança de nome é necessária uma mudança de política. Além disso, o modo como foi feita a alteração, de cima para baixo, sem consultar as pessoas que são diretamente afetadas pelas políticas da Co-

seas, mostra que pouca coisa mudou de fato", afirma uma estudante que participa da ocupação e prefere não se identificar.

Para o novo titular da Coseas, sua nomeação em meio à ocupação é apenas uma coincidência. "Trata-se de uma nova gestão numa situação normal de troca de reitor", afirma. Waldyr Jorge diz que procurará negociar com os ocupantes: "Estamos tentando abrir um canal de diálogo, dentro dos princípios de transparência e verda-

de. Vamos discutir e escolher o que for melhor para toda a comunidade".

Para Thiago Aguiar, da diretoria do DCE, é fundamental que haja disposição para a negociação. "A questão da permanência estudantil é central e tem sido historicamente colocada em segundo plano. O problema apontado pela ocupação não é isolado, há problemas em São Carlos, Lorenna, na EACH, entre outros que precisam ser discutidos", avalia.

## Trabalhadores terceirizados da Personal lutam por direitos

Trabalhadores terceirizados de vigilância contratados pela empresa Personal Service sofriam, desde dezembro de 2009, com atrasos no pagamento dos salários. Após o problema se repetir em fevereiro último, o que levou os funcionários a fazer greve, a USP rescindiu o contrato com a empresa por ato unilateral. Agora, além de aguardar solução para o pagamento de seus direitos trabalhistas, os funcionários enfrentam a incerteza quanto à sua contratação pela empresa que substituirá a Personal. Unidades como ECA, IP, Cepe e Odontologia ficaram sem vigilância.

A empresa atrasou o pagamento dos salários de dezembro de seus funcionários, pagando com atraso e de forma parcelada em janeiro. Em fevereiro houve novo atraso e o pagamento foi efetivado pela própria USP, no entanto os funcionários afirmam que os valores pagos estavam incorretos, abaixo do previsto nos contratos.

A Coordenadoria de Administração Geral da USP (Codage) diz que os valores estavam cor-

retos. Informa ainda que os funcionários terão que aguardar para receber os benefícios (vale-alimentação e transporte) a que tinham direito: "Em decorrência de os funcionários terem entrado com ações trabalhistas, demais valores só poderão ser resolvidos pela via judicial". Ainda segundo a Codage, "há recomendação de aproveitamento dos funcionários" pela empresa que vencer o processo licitatório já em andamento.

Segundo o Sintusp, que está acompanhando o desenvolvimento do caso, têm sido realizadas reuniões entre representantes dos vigilantes e do sindicato, da USP e da Personal. Em 26/3, a USP teria se comprometido a rever os valores pagos no mês de fevereiro, a pagar os salários referentes ao período de 1 a 19/3 (dia em que foi rescindido o contrato com a empresa) e a pagar as rescisões de contrato dos trabalhadores. Na véspera, os trabalhadores protestaram em frente à Reitoria. Solidários, estudantes das Artes Cênicas realizaram performances durante o ato.

## Fundações ditas "de apoio" continuam usando marca USP

Com o início do ano letivo, as páginas dos jornais e os espaços para anúncios publicitários no metrô voltaram a ser tomados por anúncios de "MBA USP", ou seja, cursos de pós-graduação *lato sensu*, do tipo *master of business administration*, oferecidos por entidades ditas "de apoio" como Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Fundação Vanzolini e Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (Fundace).

Em anúncios publicados em jornais paulistanos, a Fipe, vinculada à Faculdade de Economia, propagandeia seu "MBA/USP" em Economia de Empresas, alardeando que o curso é "Ministrado por professores doutores da FEA-USP e profissionais de mercado".

Já a Fundação Vanzolini, que controla o Departamento de Engenharia da Escola Politécnica, chega a noticiar em seu portal sua nova campanha publicitária, desenvolvida pela agência CTO Publicidade. Nos cartazes, lê-se: "Faça MBA e Pós da USP

com a Fundação Vanzolini" e "se o seu objetivo é o sucesso, pode contar conosco: cursos de MBA e Pós-Graduação com certificado emitido pela USP e um corpo docente de primeira linha, ligado à Universidade".

### Outdoors

A Fundace, ligada à FEA do campus Ribeirão Preto, tem *outdoors* espalhados pela cidade anunciando seu "MBA USP" em Administração de Organizações e Controladoria e Finanças.

Resta saber se, com a provável homologação pelo ministro Fernando Haddad de parecer do Conselho Nacional de Educação que prevê o fim do credenciamento especial de entidades não-educacionais, como as fundações, para o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu* (*Informativo Adusp* 300), esse tipo de publicidade se tornará ainda mais comum, uma vez que, agora sem o aval do MEC, a "marca USP" torna-se ainda mais importante para essas entidades privadas venderem seus produtos.

## Gatilho: qual a real disposição do reitor?

A ação do gatilho foi um dos temas tratados na primeira reunião da diretoria da Adusp com Rodas, em janeiro de 2010. Na ocasião, Rodas declarou sua intenção de agilizar o processo. A Reitoria se disse disposta a reunir-se com frequência com a diretoria e o Conselho de Representantes (CR) da Adusp. Houve até menção a encontros mensais. Mas a ausência de respostas às solicitações de reunião começa a por em dúvida a real disposição do reitor.

A data da reunião com o CR, marcada, após exaustivas tratativas, para 16/4, foi transferida a pedido da Reitoria para 27/4. Ocorre que esse dia da semana é inconveniente para a maioria dos conselheiros, devido a compromissos acadêmicos. Aproveitando a disponibilidade do reitor, a Adusp enviou-lhe o ofício comunicando que em 27/4 gostaríamos de tratar da ação do gatilho. A reunião com o CR foi solicitada para 7/5.

Esperamos que essa gestão da Reitoria esteja realmente disposta a cumprir a decisão judicial.

# Sarau da data-base amplia mobilização

A Adusp realizou o Sarau da data-base no dia 9/4, na sede da entidade, como forma de mobilizar a categoria em ambiente de confraternização. O Sintusp e o Diretório Central dos Estudantes (DCE-Livre) foram convidados e compareceram. O clima alegre, com comidas e bebidas e leitura de poesia, não impediu a reflexão sobre os obstáculos a enfrentar. “Sabemos que os governantes estão querendo quebrar as pernas dos sindicatos, haja vista a greve da Apeoesp, em que não houve negociação”, declarou o presidente da Adusp, professor João Zanetic, depois de citar a tentativa da Reitoria de dividir o movimento, concedendo aumento de 6% apenas para os docentes.

Zanetic enfatizou a necessidade de se “estretar os laços entre as três entidades”, enquanto o Fórum das Seis aguarda que o Cruesp se manifeste sobre a data de início das negociações. “Espero que os docentes sejam solidários aos funcionários quando estes se mexerem”, declarou o presidente da Adusp. Ele relatou seu recente diálogo com o reitor, que teve como pano de fundo uma manifestação do Sintusp: “Está ouvindo este ruído? Foi você que o provocou junto com os demais reitores. Há 20 anos temos reajustes iguais, funcionários e docentes”, disse ele na ocasião ao professor Grandino Rodas, criticando o fato de o reajuste de 6% não beneficiar os funci-



Aspecto da confraternização na sede da Adusp

onários. Já o professor Francisco Miraglia apresentou um conjunto de slides que analisa a perda salarial sofrida pelos docentes da USP desde 1989.

Tiago, do DCE-Livre, explicou que a atual gestão está procurando reorganizar a entidade e que todo início de ano é complicado. Ele considera um acerto a ênfase dada pelo Fórum das Seis à pauta de permanência estudantil e relatou problemas que foram identificados nos *campi* da USP. “Em São Carlos os estudantes têm autonomia na gestão das moradias há 40 anos, o que o Coseas agora tenta quebrar. Na EACH, distante 12 quilômetros do centro de São Paulo, os estudantes não têm moradia”, exemplificou.

## Audiências

A reivindicação é de que to-

dos os *campi* possuam um plano de permanência estudantil, que as bolsas sejam vinculadas ao salário mínimo e que seja cumprido o acordo de 2007, mediante a construção dos blocos de moradia. O DCE pretende, ainda, reivindicar a realização de audiências públicas sobre a permanência estudantil e sobre o programa Univesp.

“Nós funcionários tivemos uma surpresa no meio do caminho”, resumiu Aníbal Cavali, diretor do Sintusp, a indignação da categoria com o tratamento discriminatório recebido da Reitoria. Ele disse aos presentes que a mobilização tem atendido às expectativas: “A partir de 4/5 poderemos estar em greve”, advertiu, caso o Cruesp se mantenha irredutível. “Até agora não veio resposta para o Fórum”, destacou.

## Edital de Convocação para Eleição do Conselho de Representantes da Adusp-S.Sind.

Nos termos do Regimento Geral e das Normas das Eleições, ficam convocados os sócios da Adusp-S.Sind. para a eleição de membros do Conselho de Representantes (CR), a ser realizada nas dependências da USP, nos dias 11 e 12 de maio de 2010, das 9h00 às 21h00 para todas as unidades relacionadas abaixo. As inscrições dos candidatos a membros do CR deverão ser efetuadas na sede da Adusp, sita à Rua da Reitoria nº 374 - Prédio Antigo da Reitoria. O prazo para inscrição dos candidatos do CR se encerra no dia 10 de maio de 2010, às 19h00.

São Paulo, 05 de abril de 2010

Prof. João Zanetic

Presidente da Adusp-S.Sind.

### Unidades que deverão eleger representantes:

Escola Politécnica • Escola de Artes, Ciências e Humanidades • Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto • Escola de Enfermagem • Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto • Escola de Engenharia de Lorena • Escola de Engenharia de São Carlos - Suplente • Escola de Educação Física e Esportes - Suplente • Faculdade de Arquitetura e Urbanismo • Faculdade de Ciências Farmacêuticas • Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto • Faculdade de Direito • Faculdade de Direito de Ribeirão Preto • Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade • Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto • Faculdade de Medicina • Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia • Faculdade de Odontologia • Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto • Faculdade de Saúde Pública • Instituto Oceanográfico • Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas • Instituto de Biociências • Instituto de Ciências Biomédicas • Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação • Instituto de Eletrotécnica e Energia • Instituto de Física • Instituto de Física de São Carlos • Instituto de Geociências • Instituto de Matemática e Estatística • Instituto de Química • Instituto de Química de São Carlos • Museu de Arqueologia e Etnologia • Museu Paulista • Museu Zoologia

## Sintusp faz “barulhaço” para denunciar descaso da Reitoria

O Sintusp realizou um “Barulhaço” diante da Reitoria em 15/4, em sinal de protesto contra o silêncio da USP relativamente às reivindicações dos funcionários. “Foi um protesto dos funcionários contra o reajuste diferenciado travestido de reestruturação”, declarou Magno de Carvalho ao *Informativo Adusp*, referindo-se aos 6% que o Cruesp concedeu exclusivamente aos docentes das três universidades estaduais. “Conseguimos incomodar bastante o reitor, com fogos, caminhão de som, apito, corneta”, acrescenta o dirigente do Sintusp.

Magno lembra que a Reitoria permanece “em silêncio total quanto ao pedido de uma reunião anterior às negociações da data-base, para tratar dos 6%”, além de não haver se manifestado, também, quanto ao pedido do Fórum das Seis de realização da primeira roda-

da de negociação ainda no mês de abril. “Como o Sintusp está realizando uma paralisação nesta mesma data, decidimos fazer o Barulhaço”, explica o dirigente do Sintusp.

Outro objetivo do “Barulhaço”, diz ele, é a propaganda dos próximos passos planejados pelo sindicato: “Faremos paralisação em 29/4, com assembléia para votar a greve. Acredito que em maio entraremos em greve por tempo indeterminado”.

Segundo Magno, o ato procurou dialogar com os estudantes: “O reitor declarou que universidade pública não necessariamente é gratuita. Havia uma grande fila de estudantes [para entrar no bandejão] e repetimos isso para eles, para que vejam o que está em jogo”. Magno destacou a necessidade de chamar à unidade de estudantes, funcionários e docentes.

De agora em diante, saraus todos os meses

A diretoria decidiu promover, uma vez por mês, o Sarau da Adusp.

Haverá lançamento de obras, debates de temas que nos interessem, música, poesia e, evidentemente, comes e bebes.

Os associados estão convidados a trazer sua contribuição e a participar de nossos saraus.

Em breve divulgaremos a programação inicial.



## Considerações sobre o Ensino à Distância

As chamadas tecnologias de informação e comunicação (TIC), que não caracterizam e nem sequer são exclusivas do ensino à distância (EàD), têm deixado de ser incorporadas no ensino presencial, entre outros motivos, pela falta de recursos materiais para promover a infraestrutura física exigida para colocá-las à disposição dos interessados nas instituições públicas. Educadores e pesquisadores têm se empenhado com seriedade no desenvolvimento de um acervo de conhecimentos referentes ao EàD; contudo, algumas pessoas usam apenas parte do trabalho desses colegas para fazer uma defesa incondicional desse ensino. Assim, ao longo do tempo, instalou-se uma polarização ideológica que pouco esclarece: defensores incondicionais do EàD versus defensores da formação inicial presencial.

Nos dias atuais, alguns defensores do EàD têm agido de forma contundente, tanto em nível nacional (exemplo: criação da Universidade Aberta do Brasil – UAB), como no âmbito de diversos estados, em especial no de São Paulo (exemplo: criação do Programa Universidade Virtual do Estado de São Paulo – Univesp). Suas alegações na defesa irrestrita do EàD incluem uma série de afirmações questionáveis e omitem informações essenciais para um melhor entendimento das questões envolvidas. Este texto — preparado pela Diretoria da AduSP em novembro de 2008, para subsidiar a discussão, portanto sujeito a eventuais correções, acréscimos, aperfeiçoamentos etc. — apresenta uma visão essencialmente crítica, sem a pretensão de esgotar o tema, que sem dúvida precisa ser analisado e discutido com profundidade.

### 1. A alegação de que não há recursos para a educação superior presencial e que, portanto, seria preciso implantar o EàD, distorce a verdade

Em artigo publicado no *Jornal da USP* (nº 849, de 20 a 26/10/2008, p. 2) e reproduzido na página eletrônica da Secretaria de Ensino Superior (SES) chega-se a afirmar que o estado de São Paulo “investe 10% de sua receita líquida na educação superior”. Isto simplesmente não corresponde à realidade.

No orçamento proposto pelo governo do estado de São Paulo para 2009, cerca de R\$ 5,8 bilhões são destinados às três universidades estaduais paulistas. Entretanto, perto de quarta parte desse montante corresponde a pagamentos de aposentadorias e, portanto, não são despesas com educação, mas sim com previdência. Isso reduz o valor a ser destinado para essas universidades a R\$ 4,3 bilhões e, ademais, cerca de metade deste valor diz respeito às atividades da pós-graduação e ao desenvolvimento científico e tecnológico. Assim, os gastos estaduais com ensino de graduação serão da ordem de R\$ 2,2 bilhões. Se cotejarmos essas despesas com as despesas totais previstas pelo governo estadual para 2009, que é de R\$ 126 bilhões, concluímos que elas corresponderão a 1,9% do orçamento estadual e, portanto, não a 10%, como informa o artigo reproduzido na página eletrônica da SES.

Além do mais, uma análise mais apropriada (do que apenas cotejar percentuais do orçamento destinados a determinadas áreas) implica comparar os investimentos em ensino superior com base no percentual do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado destinado a determinada área social. No caso do estado de São Paulo, os gastos públicos totais com o ensino de graduação (incluindo despesas da União e do Estado em todas as insti-

tuições de ensino superior) não superam 0,3% do PIB paulista, enquanto que, se acompanharmos os níveis praticados em âmbito internacional, esse percentual deverá ser superior a 1%.

Nesse sentido, a Adusp e o Fórum das Seis vêm lutando, há algum tempo, por mais recursos para a educação pública em geral: 33% da receita total de impostos, incluindo 11,6% do ICMS-QPE para as universidades estaduais e 2,1% do ICMS-QPE para o Centro Paula Souza. No entanto, não tem havido interesse dos governantes em ampliar tal destinação de recursos.

## **2. Alega-se também que as pessoas não têm acesso à educação presencial, o que torna necessário implantar o EàD. Ora, esse problema pode ser resolvido pela expansão das instituições públicas de ensino superior presencial**

Afirmações como esta são freqüentemente encontradas em vários documentos públicos e em inúmeros artigos na chamada grande imprensa. Muitas vezes essa suposta dificuldade de acesso é atribuída a questões sociais ou geográficas.

No Brasil e, em especial, no estado de São Paulo, os estudantes excluídos do Ensino Superior (ES) presencial estão, muitas vezes, a poucas centenas de metros das instituições públicas e, quando as distâncias são maiores, há o transporte coletivo – ainda que eventualmente precário – usado pelos estudantes não excluídos.

Quanto às regiões do estado de São Paulo desprovidas de ES, e elas são muitas, como apontado no Plano Estadual de Educação-Proposta da Sociedade Paulista (PL nº 1.074/2008, em tramitação na Assembléia Legislativa), há efetivamente grandes regiões totalmente desprovidas de ES público. Entretanto, esse problema pode e deve ser resolvido pela expansão das instituições públicas de ES presencial ou por programas efetivos de moradia estudantil.

Alegar que “os estudantes não têm acesso ao ensino presencial” é distorcer a realidade, pois muitas vezes tais estudantes potenciais residem em municípios ou mesmo em bairros onde há ES público, presencial e de qualidade, mas que não oferecem vagas em quantidade suficiente. Quanto àqueles que estão efetivamente distantes, dever-se-ia considerar a necessária expansão do ES público presencial, que cabe nos orçamentos públicos, tanto da União como do Estado.

Ou seja, se há jovens que querem freqüentar cursos superiores e não podem fazê-lo por razões sociais ou econômicas, deve-se usar instrumentos adequados como, por exemplo, implementar cursos noturnos e bolsas de estudo e/ou programas de gratuidade ativa.

## **3. O EàD poderá trazer limitações de cunho educacional para os estudantes, como a inexistência de programas de iniciação científica de qualidade**

Do ponto de vista educacional, o EàD poderá trazer, certamente, uma série de limitações para os estudantes, tais como a não existência de pro-



**Debate sobre o tema na Faculdade de Educação em 2008**

gramas de iniciação científica de qualidade e, talvez, a impossibilidade de opção por continuar (ou não) os estudos em nível de pós-graduação.

No EàD, muito provavelmente os estudantes também não terão acesso a boas bibliotecas e a bons laboratórios (no sentido de bem equipados e bem mantidos), nem ao necessário contato pessoal com outros estudantes e professores da mesma área e, muito menos, a estudantes e professores de diferentes áreas.

No ensino presencial, é freqüente a migração de um curso para outro. Isso pode ser considerado indesejável para alguns, por se confundir com evasão, mas é uma situação típica da faixa etária correspondente ao ingresso no ensino superior (que, muitas vezes, tem sido precoce...) e reflete, também, a oportunidade de acesso a um leque de conhecimentos oferecidos apenas neste nível de ensino, inexistente, por exemplo, no ambiente do ensino médio.

## **4. Outras limitações do EàD estão no fato de não existir o ambiente universitário e as oportunidades que este oferece, tais como acesso a práticas esportivas e à infra-estrutura fundamental à educação superior de qualidade**

Além dos aspectos estritamente relacionados com os estudos, o ambiente universitário oferece oportunidades que inexistem no EàD. Entre estas, encontram-se, por exemplo, o acesso a: práticas esportivas, alimentação subsidiada, atendimento médico e odontológico, enfim, acesso a uma infraestrutura fundamental para a formação de nível superior de boa qualidade.

Outro aspecto importante é que o ambiente universitário oferece a possibilidade de ocorrência sistemática de atividades que são essenciais para o desenvolvimento nacional. As lideranças políticas e

sociais de um país são, em geral, formadas na militância que se desenvolve sobretudo na juventude e, em especial, nas universidades. Igualmente, a elaboração de utopias (enquanto antecipações criadoras, conforme defendia Florestan Fernandes), assim como a construção de lideranças que lhes dêem sustentação, muito se beneficiam do ambiente existente nas universidades.

A ocorrência disso tudo é altamente questionável nas situações de EàD.

Também não há garantias de que mesmo em cursos que proponham expressiva carga presencial esta se dará por meio do contato com professores e monitores, contando com laboratórios bem equipados e mantidos, por exemplo, para aulas práticas de química, física e biologia (microscopia e anatomia humana) ou ainda com laboratórios de informática para práticas de análise de dados (estatística), imageamento de satélite e sistema de informações geográficas, entre outros. O mesmo pode-se dizer das aulas práticas de campo, ficando as perguntas: quem será responsável pelo treinamento dos estudantes e pela correta aplicação dos protocolos de campo?; quem organizará toda a logística necessária para essa atividade? Outra questão importante diz respeito à própria organização dos estudantes para trabalhos em equipe nas atividades de campo e laboratório e mesmo as não presenciais, tais como monografias. Será possível haver discussões em grupo (classe toda)? Ocorrerão apresentações / discussões de seminários ou de relatórios de atividades elaborados pelos estudantes? Como garantir o acesso e a permanência dos estudantes nas atividades presenciais?

A educação presencial oferece condições adequadas de ensino e aprendizagem, bem como o indispensável contato direto entre os estudantes e destes com seus professores.



A educação presencial oferece condições de ensino e de aprendizagem que praticamente inexistem nos locais de moradia. Os horários de aulas, nos quais os estudantes se colocam necessariamente imersos em um — e apenas um — assunto/problema, são fundamentais no processo educacional. Também são essenciais os espaços informais de estudo e debate existentes nas universidades.

No ambiente universitário, os estudantes podem utilizar os recursos de informação e comunicação — com base em novas e velhas tecnologias — e também vivenciar o contato direto, indispensável, entre eles, deles com os professores, e de ambos com os objetos de conhecimento. Seminários e palestras, tanto aqueles que os estudantes apresentam como aqueles a que assistem, são igualmente fundamentais para a formação de qualidade.

### **5. Adotar o EàD como substituto do ensino presencial poderá comprometer gravemente a qualidade da formação dos profissionais de que o país precisa**

Diversos países adotam o EàD como algo adicional, buscando contemplar aqueles que — por motivo excepcional — não são atendidos pelo ensino presencial. Entre esses, estão: prisioneiros, pessoas impossibilitadas de locomoção, aqueles que trabalham em tempo integral (estes últimos, sobretudo nos países e em cursos nos quais a educação superior é exclusivamente, ou quase exclusivamente, em tempo integral), militares engajados em regiões de fronteira etc. No Brasil, entretanto, tem se tentado adotar o EàD em substituição ao ensino presencial, o que poderá comprometer gravemente a qualidade da formação inicial dos profissionais de que o país precisa, em especial se o profissional assim “formado” tiver que atuar na “formação” de outros profissionais, como é o caso do professor.

### **6. “Formar” professores por meio do EàD poderá comprometer duas gerações e instaurar um ciclo vicioso...**

A grande maioria dos cursos à distância que estão surgindo no Brasil é destinada pretensamente à formação de professores e a enorme carência destes profissionais tem sido um fato frequentemente levantado pelos que defendem o EàD.

Por razões já mencionadas anteriormente, o EàD não é adequado para a formação inicial, em especial para a formação de professores; portanto, a insistência nesta via poderá ter conseqüências muito danosas, que se propagarão pela segunda geração de estudantes: aquela “formada” pelos professores “formados” à distância, com alta probabilidade de instaurar um ciclo vicioso ininterrupto...

### **7. O Brasil tem capacidade de expandir o ensino presencial valendo-se dos 90 mil doutores e 150 mil mestres que possui (e que são subutilizados)**

Atualmente, o país possui cerca de 90 mil doutores e 150 mil mestres. Grande parte destes é subutilizada, em especial os que concluíram a pós-graduação nos últimos anos e que estão se dedicando a atividades de ensino em instituições precárias ou estão trabalhando em condições precárias. Tudo isso pode e deve ser diferente.

Tais profissionais têm plenas condições de prestar grande contribuição no ensino presencial de qualidade, e o fariam com envolvimento e prazer, pois foi para isso que se formaram, que se dedicaram aos seus estudos. Perder a oportunidade de associar essa capacidade humana de trabalho às possibilidades econômicas de expansão do ensino presencial é um erro inadmissível pelo qual pagaremos caro no futuro: de um lado, por termos formado pessoas com um nível de qualidade muito

além daquele necessário para as atividades às quais têm sido obrigados a se dedicar e, de outro lado, por desperdiçar a capacidade de trabalho, humana e intelectual, desse contingente de profissionais já formado!

### **8. O sucesso pode esconder o fracasso: o EàD, que poderia ser uma solução interessante para casos específicos, pode se tornar um problema por formar profissionais com graves deficiências**

Os primeiros contingentes de pessoas atraídas pelo EàD podem ser formados majoritariamente por pessoas que já completaram o ensino presencial em outras áreas e por pessoas com perfil adequado ao autodidatismo ou ao estudo em casa. Assim, não será surpreendente que, no início, os resultados do EàD sejam positivos. Entretanto, caso isso ocorra, essa situação não perdurará. Assim, o EàD, que poderia ser uma solução interessante para casos específicos, pode se tornar um problema por formar profissionais com graves deficiências.

No Brasil, tem sido comum os diversos sistemas de ensino adotarem soluções que, na realidade, tornam-se problemas. Um exemplo é a opção pela oferta de cursos noturnos, que no caso do Ensino Fundamental afeta até mesmo crianças. Atualmente, ainda que possa parecer absurdo, mais de 18% dos alunos de 8ª série do Ensino Fundamental regular nas escolas municipais estudam no período noturno. Na rede estadual paulista, 63% dos estudantes concluem o Ensino Médio no período noturno. No nível superior, dois terços das matrículas no Brasil estão no período noturno.

Dessa forma, o ensino noturno, de possível solução para casos eminentemente emergenciais, torna-se um grave problema; o mesmo pode acontecer com o EàD.

### **9. Moradia não é bom local de estudo. O ambiente residencial, sobretudo das pessoas excluídas do ensino presencial por razões sócio-econômicas, não é adequado para atividades de escolarização regular**

Grosso modo, o ambiente residencial, sobretudo daquelas pessoas excluídas do ensino presencial por razões sócio-econômicas, não é adequado para as atividades de escolarização formal regular. Nesses casos, o espaço da moradia é, com frequência, usado para atividades econômicas (pequenas oficinas e/ou comércio etc.) e repartido com crianças e idosos. Em casa, muito frequentemente, há outras atividades que exigem ou atraem a atenção das pessoas, coisas que conseguimos evitar nos ambientes destinados especialmente ao estudo, pois todos nós sabemos o quanto incomodam os ruídos produzidos por determinadas situações — obras da construção civil, trânsito, conversas próximas às salas de aula, música em volume alto etc. — durante uma aula.

Se no ambiente universitário é possível nos organizarmos para evitar tais situações, nos locais de moradia, em especial para aqueles menos favorecidos (setor social que constituirá a maioria dos estu-



Debate promovido em conjunto por Fórum das Seis e Cruesp em 2009

dantes no EàD), isso é impossível. Nesses casos, os locais de moradia não são, a rigor, adequados ao estudo sistemático e regular durante todas as horas do dia.

#### 10. Recursos tecnológicos sempre foram utilizados nos processos de ensino e aprendizagem, portanto usá-los para justificar o EàD não tem cabimento

Os recursos técnicos e tecnológicos sempre foram e deverão continuar sendo utilizados nos processos de ensino e de aprendizagem. As fitas-cassete foram úteis no estudo de línguas, hoje substituídas por CD e DVD. Programas educativos nas televisões e rádios em muito contribuem, em casos específicos, para o aprendizado e para aguçar nas pessoas a vontade de aprender. Pode-se substituir as transparências pelos data-shows. Pode-se, também, procurar na internet materiais interessantes para o ensino e a aprendizagem; afinal, era e é o mesmo que fa-

zemos nas bibliotecas, mudando apenas o meio físico no qual as informações estão contidas.

Entretanto, usar essas possibilidades para justificar o EàD seria o mesmo que termos substituído os cursos presenciais de línguas, há meio século, pelos gravadores de som em fitas magnéticas.

#### 11. Será que o EàD é recomendável? Cogita-se de implantar EàD em profissões como direito e medicina, por exemplo?

É muito possível que nós e os que hoje decidem promover os cursos à distância não gostaríamos de ter estudado por meio do EàD. Igualmente, é muito provável que não gostemos também que nossos filhos o fizessem/façam, e nem queiramos escolas com professores formados por EàD.

Os países desenvolvidos não adotam — como regra — o EàD; apenas o fazem como algo adicional à educação presencial. As elites certamente não

optam pelo ensino à distância e talvez seja possível afirmar que as profissões de maior “prestígio social”, direito e medicina, por exemplo, jamais considerariam a hipótese de optar pelo EàD.

Por que faríamos isso com a “formação” de professores para as próximas gerações? Por que ofereceríamos apenas e tão somente isso àqueles que, por razões sócio-econômicas e, sobretudo, pelo total sucateamento da Educação Básica pública não estão tendo a oportunidade de frequentar o ensino superior público presencial?

#### 12. A enorme maioria dos jovens brasileiros está excluída do sistema educacional. Ao invés de oferecer uma aparente alternativa (o EàD), é preciso garantir a sua inclusão no ensino presencial, com qualidade

Atualmente, quase a metade dos jovens é obrigada a abandonar a Educação Básica antes da conclusão. Apenas 40% dos que a concluem o fazem no período diurno. Considerando a qualidade dessa educação no país, concluímos que apenas uma pequena fração de nossos jovens tem plenas oportunidades de desenvolver seus potenciais inatos e contribuir, com sua capacidade de trabalho, para o avanço social, político, cultural e econômico do país. A enorme maioria está simplesmente excluída do sistema educacional, independentemente de sua capacidade, dedicação ou esforço pessoal. Na formação profissional, aproveitamos apenas uma pequena capacidade da possibilidade da população brasileira.

Oferecer uma aparente alternativa, na verdade mais um desvio, levará a reduzir, ainda mais, o aproveitamento da capacidade intelectual de nossos jovens e não resolverá o problema da exclusão, apenas mudará a forma por meio da qual ela ocorre. Com certeza, não é isso que queremos.

## USP se rende ao ensino à distância?

Nos últimos dias de mandato do governador José Serra, foram tomadas duas medidas que aceleram a implantação do ensino à distância no Estado de São Paulo e na USP. Em 23/3, o reitor Grandino Rodas firmou acordo com a Secretaria de Ensino Superior para a criação do primeiro curso de graduação à distância da universidade, de Licenciatura em Ciências, além de um curso de especialização em “Ética, Valores e Saúde na Escola”. Em 29/3, José Serra lançou o Programa Rede São Paulo de Formação Docente (Redefor), que oferece cursos de especialização à distância para professores da rede estadual de ensino, em convênio com as três estaduais paulistas.

O curso de Licenciatura em Ciências, primeiro da USP no âmbito do programa Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), havia sido adiado em junho de 2009 — em meio a greve que tinha o fim do projeto como item de pauta — devido a uma discordância entre os professores responsáveis pelo projeto na universidade e a Secretaria de Ensino Superior.

O curso é destinado a professores do ensino básico e seu início está previsto para 2011, com duração de oito semestres. Terá polos nos *campi* de São Paulo, São Carlos, Piracicaba e Ribeirão Preto, com 52% da carga horária composta por atividades à distância. Serão inicialmente 360 vagas, divididas em turmas de 90 alunos, tendo cada uma três orientadores de disciplina.

A Redefor oferecerá cursos de pós-graduação *lato sensu* à distância para 30 mil professores da rede pública do Estado até 2012. Serão 16 cursos com duração de 360 horas (entre 12 e 14 meses), que contam pontos para o programa de bonificação por desempenho, adotado pelo governo estadual em lugar de uma política de valorização salarial unificada para toda a categoria.

A USP ministrará cursos para docentes em ciências, biologia e sociologia, além de especializações em gestão da escola para diretores, em gestão do currículo para professores-coordenadores e em gestão da rede pública para supervisores de ensino. A

universidade oferecerá 4.060 vagas na etapa 2010-2011 e outras 8.140 vagas na fase 2011-2012.

Na avaliação do professor César Minto, da Faculdade de Educação, é preciso diferenciar as duas iniciativas — Univesp e Redefor. Apontando o inciso I do 3º artigo do decreto que institui a Redefor (“Os cursos (...) deverão propiciar aos profissionais da educação as seguintes habilidades: I - conhecimentos e competências pedagógicas e didáticas suficientes para absorver novos currículos, incluindo sua implementação e avaliação”), Minto critica o fato de as especializações aparentemente serem um treinamento para a aplicação de currículos previamente estabelecidos pelo governo.

Quanto à Univesp, o professor da FE critica o caráter de barateamento da graduação: “A USP gasta cerca de R\$ 10 mil/ano por aluno. Os dados que temos da Univesp apontam um custo de R\$ 3 mil por aluno durante todo o curso. Portanto, parece ser uma alternativa de barateamento que não se preocupa com a qualidade do ensino oferecido”.